CDS - PP

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Expeça - se	
Publique - se	
2014-01-17	
O Secretário da Mesa	
Abel Baptista	Digitally signed by Abel Baptista Date: 2014.01.17 11:50:38 +00:00 Reason: Location:

☐ **REQUERIMENTO** Número / (.ª)

☒ **PERGUNTA** Número 754 / XII (3 .ª)

Assunto: Portagens na Via do Infante

Destinatário: Min. da Economia

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

1 – A Via do Infante foi construída como uma via estruturante para combater as assimetrias e facilitar a mobilidade de pessoas e empresas, com vista ao desenvolvimento económico e social do Algarve;

2 – Esta via não apresenta características de autoestrada e foi construída fora do modelo de financiamento SCUT, tendo sido a mesma maioritariamente financiada por dinheiros da Comunidade Europeia;

3 – Os sectores das infraestruturas e dos transportes em Portugal sofreram algumas mudanças nos últimos tempos, sendo certo que, e atendendo à necessidade de redução da despesa, nomeadamente no sector rodoviário, foram introduzidas portagens em estradas que até então não tinham qualquer custo para o utilizador.

4 – Na região do Algarve a A22 (Via do Infante), é o mais importante meio rodoviário de mobilidade de todos os cidadãos que ali residem, que tem como única e hipotética alternativa a EN125, conhecida em toda a Europa até à abertura da A22 como a “estrada da morte”, e diz-sehipotética porque de facto não pode ser considerada como alternativa uma estrada, única que serve a região, que se estende ao longo de perto de 180 Km’s, atravessando uma região densamente povoada (a que mais cresceu em percentagem de população em todo o país na última década), cruzando Vilas e Cidade, com a agravante de ser junto à orla costeira, que no período de verão duplica ou triplica o número de residentes, derivado ao afluxo de milhares de turistas à região. Recorde-se só, para que não nos falhe a memória histórica que, em tempos bem recentes, esta era a estrada com maior taxa de mortalidade da Europa, e para percorrer cerca de 90 Km’s do aeroporto de Faro até Lagos demorava-se 4 a 6 horas.

5 – O Algarve é uma região com uma importância elevada para a economia nacional sendo o turismo a sua atividade primordial. Esta área é, como se sabe, a maior atividade exportadora

nacional, não devendo nós esquecer todos os sectores da economia que giram à volta do turismo (hotelaria, restauração, construção e imobiliário, somando-se a isto as receitas provenientes do turismo através das receitas fiscais que são geradas, designadamente em IRS, IRC e IVA).

6 – Na Via do Infante, continuou a existir um decréscimo do Tráfego Médio Diário (TMD) de 5,6 por cento, contra os 52,2 por cento de 2012 (de abril a junho). Embora sejamos levados a perspetivar uma recuperação, que só os dados do próximo trimestre [3º de 2013] poderão confirmar, os dados continuam a ser negativos e a causar transtornos aos habitantes do Algarve.

7 – A redução de tráfego naquela via é proporcional ao aumento de utentes da EN 125. Este pode assim ser o motivo que sensibilizou as E.P. S.A. a iniciar obras de beneficiação na afamada estrada nacional.

8 – As obras de requalificação, entretanto iniciadas, estão paradas há algum tempo levando não só a que o trânsito escoe pior, como pioram as condições de segurança de quem ali tem que circular.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alíneas d) e e) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º, n.º 3 do Regimento da Assembleia da República, que fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro daEconomia, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Não entende Vossa Excelência, Senhor Ministro, que face a tudo o exposto se justifica o fim, ou redução dos valores, das portagens ?

2 – Tendo em consideração que as obras de reabilitação da EN125 estão paradas há já algum tempo, importa saber se é intenção do Ministério retomar os trabalhos ? Se sim quando ?

3 – Quando se planeou a introdução de portagens pelo Partido Socialista, que acabou por ser concretizada já por este Governo, fez-se um estudo de qual o impacto regional da medida e de quais os resultados para o Estado ? Os dados de tráfego real que têm sido obtidos são consonantes com os valores perspetivados nesse estudo ?

Palácio de São Bento, quarta-feira, 15 de Janeiro de 2014

Deputado(a)s

ARTUR RÊGO(CDS-PP)

JOSÉ LINO RAMOS(CDS-PP)

Deputado(a)s

RUI BARRETO(CDS-PP)

Nos termos do Despacho nº 2/XII, de 1 de Julho de 2011, da Presidente da Assembleia da República, publicado no DAR, II S-E, nº 2, de 6 de Julho de 2011, a competência para dar seguimento aos requerimentos e perguntas dos Deputados, ao abrigo do artigo 4.º do RAR, está delegada nos Vice-Presidentes da Assembleia da República.